

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A “VIRADA POLÍTICA” DA NOVA DIREITA NA REGIÃO DA AMÉRICA LATINA

Izabelle Carvalho Limaⁱ
Maria Laís Alves de Araújoⁱⁱ
Raimundo Jucier Sousa de Assisⁱⁱⁱ

Resumo: o presente artigo analisa a onda política conservadora e a virada da Nova Direita na América Latina, investigando os regimes políticos a partir da filiação partidária dos presidentes eleitos. Para isso, o texto busca tratar sobre os aspectos dos processos de transições de regimes e da qualidade da democracia, da ascensão do conservadorismo e da transnacionalização da Nova Direita. Realizamos uma classificação dos regimes políticos, utilizando o instrumento de análise sobre os ditames democráticos, o Index Democracy, através do Índice Economist Intelligence Unit (estudo realizado, anualmente, pela Revista The Economist com o intuito de mensurar a percepção do regime político democrático em alguns países dos cinco continentes). Destacamos também os dados do Latinobarómetro (2018), principalmente em relação ao apoio dos cidadãos à democracia e uma classificação política ideológica dos governos através um levantamento dos partidos políticos dos presidentes eleitos entre 1999 - 2020 na América Latina.

Palavras-chave: regime de transições; conservadorismo; nova direita; partidos políticos; América Latina.

AN INVESTIGATION ON THE “POLITICAL TURN” OF THE NEW RIGHT IN THE LATIN AMERICA REGION

Abstract: this article aims to investigate the conservative political wave and the turn of the New Right in Latin America, analyzing the political regimes, based on the party affiliation of the elected presidents. To this end, the text seeks to deal with aspects of the processes of transitional regimes and quality of democracy, the rise of conservatism and the New Right. We carry out a classification of political regimes using the instrument of analysis on democratic dictates, the Index Democracy, through the Economist Intelligence Unit Index, which is a study carried out by The Economist Magazine, every year in order to measure the perception of the democratic political regime in some countries spread across the five continents

ⁱMestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPI, izabellecalima@ufpi.edu.br, orcid.org/0000-0001-9145-3176.

ⁱⁱMestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPI, araujomarialais@ufpi.edu.br, orcid.org/0000-0002-3733-2610.

ⁱⁱⁱProfessor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPI, raimundojucier@ufpi.edu.br, orcid.org/0000-0001-6573-7175.

and the data brought by the 2018 Latinobarómetro report, mainly on what concerns citizens' support for democracy and an ideological political classification of governments through a survey of the political parties of the elected presidents among the 1999 - 2020 period in Latin America.

Keywords: regime transitions; conservatism; new right; political parties; Latin America.

UNA INVESTIGACIÓN SOBRE EL “GIRO POLÍTICO” DEL NUEVO DERECHO EN LA REGIÓN DE AMÉRICA LATINA

Resumen: este artículo analiza la ola política conservadora y el giro de la Nueva Derecha en América Latina, investigando los regímenes políticos a partir de la afiliación partidista de los presidentes electos. Para ello, el texto busca abordar aspectos de los procesos de los regímenes de transición y la calidad de la democracia, el auge del conservadurismo y la Nueva Derecha. Realizamos una clasificación de regímenes políticos utilizando el instrumento de análisis sobre los dictados democráticos, el Index Democracy, a través del Economist Intelligence Unit Index, que es un estudio que realiza The Economist Magazine, cada año con el fin de medir la percepción del régimen político democrático. en algunos países repartidos por los cinco continentes y los datos que aporta el informe Latinobarómetro 2018, principalmente en lo que se refiere al apoyo ciudadano a la democracia y una clasificación política ideológica de los gobiernos a través de una encuesta de los partidos políticos de los presidentes electos entre los Período 1999 - 2020 en América Latina.

Palabras clave: transiciones de régimen; conservatismo; nuevo derecho; partidos políticos; américa latina.

Introdução

A Nova Direita se manifesta como um movimento de caráter transnacional, conforme CAMPOS (2019), a qual vem conquistando públicos em diferentes nações, influenciando suas políticas domésticas e trazendo à tona sentimentos nacionalistas, conservadores, individualistas e de livre mercado. A disseminação de tais ideias diante da globalização e da era da internet ocorre de maneira rápida agregada às oportunidades políticas que surgem em meio às crises econômicas e problemas sociais que assolam as democracias.

Nas últimas décadas, tem se tornando evidente uma mudança em curso na política latino-americana, caracterizada pelo crescimento da direita. Mesmo após os processos de transições democráticas durante o período da chamada “terceira onda de

democratização”, identificado por HUNTINGTON (1991), e a queda de diversos regimes autoritários, nota-se que o apoio à democracia vem decaindo e o conservadorismo aumentando na região.

Desse modo, o presente artigo busca realizar uma investigação sobre a onda política conservadora e a virada da Nova Direita na América Latina, analisando os regimes políticos latino-americanos, a partir da filiação partidária dos presidentes eleitos. Partindo da hipótese de que o processo de consolidação das transições de regimes na América Latina vem possibilitando a ascensão da direita, à medida que problemas socioeconômicos não são resolvidos, os cidadãos buscam outras alternativas políticas cada vez mais vinculadas ao conservadorismo.

Portanto, a primeira seção se dedica a tratar de alguns aspectos sobre os processos de transições de regimes e a qualidade da democracia; a segunda seção aborda a ascensão do conservadorismo e da Nova Direita. E, por fim, a última seção apresenta uma classificação dos regimes políticos pelo Índice Economist Intelligence Unit (EIU) e uma classificação política ideológica dos governos na América Latina.

Problematização: Aspectos sobre os processos de transições de regimes e a qualidade da democracia

Desde o grande surto entre 1989 - 1992, segundo GEDDES (2001), as democratizações vêm atraindo a atenção dos pesquisadores do mundo inteiro. Ao final do século XX, autoridades eleitas governavam mais países do que em qualquer outro momento já visto na história da humanidade, após uma grande e surpreendente onda de transições democráticas.

Ao longo dos anos, diversos estudos buscaram lançar argumentos para descrever e explicar a chamada “terceira onda” de democratização (ODONNELL E SCHMITTER, 1986; HUNTINGTON, 1991; AGUERO, 1992, 1995; COLLIER E MAHONEY, 1997; BRANDON E VAN DE WALLE, 1997), período em que os países, mais notadamente os da Europa e da América Latina, passaram a conviver com regimes políticos democráticos (GEDDES, 2001).

Nesse sentido, para compreender sobre os regimes políticos latino americanos, é essencial destacar dois aspectos importantes: o primeiro é em relação aos processos de transições e a consolidação dos regimes; e o segundo envolve a questão sobre a qualidade da democracia.

No que diz respeito às transições de regimes, a literatura aponta, conforme GEDDES (2001), uma relação empírica positiva entre desenvolvimento econômico e a democracia política (BUKHART E LEWIS-BECK, 1994; HAGGARD E KAUFMAN, 1995; PRZEWORSKI E LIMONGI, 1997), de modo que regimes autoritários possuem maior probabilidade de cair diante de crises econômicas, apesar da existência de algumas formas de autoritarismos que são suscetíveis ao mau desempenho econômico que outros.

Ressalta-se, então, o crescimento da probabilidade da realização de pactos negociados durante as transições e a estabilidade da democracia, com a existência de partidos políticos bem estabelecidos e coerentes, que possuem a capacidade de assumir compromissos confiáveis em conformidade ao que foi estabelecido no pacto. Entretanto, anistias e outros contratos implícitos entre governantes autoritários e os líderes da oposição não possuem duração em longo prazo, e assim os detentores do poder autoritário enfrentam dificuldades para implementação de contratos ao negociar transições de regimes.

As diferenças entre regiões e as peculiaridades de cada regime também devem ser levadas em consideração ao analisar as transições democráticas. Segundo a classificação de regimes autoritários de GEDDES (2001), nos regimes militares, os quais possuem um grupo de oficiais que vai decidir quem mandará e exercerá influência sobre as diretrizes políticas, a maioria das transições se inicia com desacordos e divisões internas.

Já os regimes personalistas, que são aqueles em que o acesso aos cargos e seus frutos dependem muito do arbítrio de um líder individual, são mais prováveis de serem derrubados por levantes populares e rebeliões. Os protestos populares se configuram como o primeiro indicador de transição iminente nos regimes personalistas, enquanto que no poder militar eles crescem durante o andamento da transição.

A maioria dos regimes militares termina com negociação, dando relevância às barganhas e às vantagens da moderação. Os regimes personalistas acabam em golpes e muitos deles em violência generalizada. Os líderes costumam negociar apenas em situações em que sofrem pressão dos agentes que garantem os empréstimos para manter o apoio ao governo ou quando se defrontam com grandes mobilizações públicas.

E nos regimes de partido único, que são aqueles em que o acesso aos cargos e o controle das diretrizes políticas são dominados por um único partido, embora os partidos da oposição possam existir e participar da competição eleitoral concorrendo às eleições, os governantes negociam sob pressão dos doadores que mantêm o apoio popular e dos opositores, e assim inclinam-se mais para a realização de negociações.

Nesse caso, se não conseguem evitar a transição, o partido ficará melhor posicionado em uma democracia do que em outra forma de autoritarismo. Pois o partido hegemônico não perde a sua importância na vida política dos países que se democratizam de forma plena. Dessa maneira, possuem bons motivos para negociar a sua saída com benefícios, como regras institucionais que permitem a participação e recursos ligados ao governo.

Os processos de transição são distintos, considerando os interesses dos quadros dos regimes de partido único e personalistas e os interesses dos oficiais dos regimes militares. A maioria dos quadros em regimes de partido único e personalistas valorizam a unidade e a capacidade da instituição militar mais do que a ocupação dos cargos de mando. Já nos regimes militares, o poder é menos importante que nas outras formas de autoritarismos, favorecendo, dessa maneira, o processo de transições democráticas.

No que se refere à qualidade da democracia, esta significa as aspirações dos cidadãos perante a sociedade, proporcionando a garantia de um processo de escolha popular sem riscos de abusos e o constante monitoramento das questões públicas. MORLINO (2014) afirma que a democracia de alta qualidade apresenta uma estrutura institucional democrática, na qual os cidadãos possam exercer o seu direito fundamental de liberdade e igualdade observando as regras institucionais e os mecanismos institucionais. Assim, numa boa democracia o regime satisfaz amplamente os cidadãos,

o governo é avaliado para saber até que ponto os objetivos estão sendo contemplados conforme o Estado de Direito.

Já a democracia de baixa qualidade seria aquela em que o voto do cidadão é ignorado, na qual não existem meios suficientes para controlar e combater a corrupção, o governo faz uma má administração dos recursos, as instituições não são capazes de garantir e realizar a *accountability* horizontal das ações políticas e os direitos fundamentais de liberdade e igualdade não são respeitados.

GONZÁLEZ (2014) ressalta que para além dos critérios e formas de medição centrados em pontos institucionais, na avaliação da qualidade da democracia também deveriam ser incluídas variáveis culturais, dentro da tradição de cultura política. Nesse contexto, a cultura política é um critério que tem sido cada vez mais incluído em alguns índices, tendo em vista que seria um dos fatores capazes de diferenciar os regimes, identificando seus fundamentos e permitindo uma classificação.

Porém, afirma-se que a medição das variáveis não é isenta de polêmicas, pois, ao discutir “apoio à democracia” e “satisfação com a democracia”, a literatura aponta algumas posições como: a) o enfoque idealista, considerando que há uma diferença entre a resposta dada pelo cidadão que vive em um país com uma democracia consolidada e o cidadão que vive em um regime em transição; b) a existência de uma posição muito ambígua em relação ao apoio a democracia, chamando atenção para um nível alto de aceitação de regimes autoritários na América Latina e c) um declínio do apoio à democracia em diferentes partes do mundo um tempo após as transições democráticas (MISHLER E ROSE, 2001; MOISÉS, 2005, 2010; INGLEHART, 2003).

Outro argumento trazido pelo autor é o de que o nível de estabilidade dos regimes relaciona-se em correspondência entre cultura política e as instituições e com o apoio dado às instituições e aos governantes, levando em conta as questões diretas sobre preferência e satisfação do regime, a análise da influência de fatores conjunturais e eventos de grande impacto (ALMOND E VERBA, 1989; EASTON, 1968; BAQUERO, 2007, 2011).

As eleições presidenciais, por exemplo, podem ser consideradas como um fator conjuntural e um evento de grande impacto, haja vista que faz parte do cotidiano e não é mais vista como uma exceção. GONZALÉZ (2014) ainda faz uma análise do evento eleições presidenciais na América Latina e aborda que a satisfação com os regimes ou com o ocupante do poder executivo é afetada pelas crises econômicas e políticas.

O autor declara, ainda, o que revelam as evidências: que na maioria dos países latino-americanos o apoio à democracia não foi consolidado de forma generalizada, observando a volatilidade do apoio à política, à baixa identificação e desconfiança nos partidos políticos, e mesmo após um tempo da queda dos regimes autoritários não há um nível de estabilidade ao apoio à democracia.

Tabela 01– Apoio à democracia 2017 – 2018

PAÍS	2017	2018	DIFERENÇA
PARAGUAI	59	40	-19
EQUADOR	69	50	-19
ARGENTINA	68	58	-10
R. DOMINICANA	54	44	-10
BRASIL	43	34	-9
URUGUAI	70	61	-9
GUATEMALA	36	28	-8
EL SALVADOR	35	28	-7
BOLÍVIA	59	53	-6
COLÔMBIA	58	54	-4

PANAMÁ	46	42	-4
VENEZUELA	78	75	-3
PERU	45	43	-2
HONDURAS	36	34	-2
MÉXICO	38	38	0
COSTA RICA	62	63	1
CHILE	55	58	3
NICARAGUA	40	51	11

Fonte: Latinobarômetro 2018.

Como verificamos no relatório do ano de 2018 do Latinobarômetro, que analisou o índice de apoio à democracia nos países da América Latina e comparou esses valores por cada ano pesquisado, observamos que no ano de 2018, em 14 países, o índice de apoio à democracia decaiu em relação ao último ano pesquisado, se manteve estável no México e houve um aumento na Costa Rica (1), Chile (3) e Nicarágua (11).

Para tentarmos entender o motivo pelo qual houve essa evolução (negativa ou positiva) em relação à democracia em cada país de maneira específica é necessário que busquemos as explicações no interior de cada país, sua situação econômica, política, social, a condição de liberdade individual, de expressão, entre outros fatores. Porém, essa tabela nos mostra que nos últimos anos tem acontecido um distanciamento entre o regime democrático e os cidadãos, cabendo a nós uma reflexão do porquê o nível de apoio à democracia ter diminuído.

Assim, a vivência de um processo democrático em eleições periódicas não é suficiente para garantir um maior nível de qualidade da democracia. E a vitória de um candidato

apoiado pela maioria também não demonstra ser uma condição suficiente para garantir o apoio ao regime democrático.

Os anos de democracia decorridos após o período de transições não parecem ter gerado na população disposição para o apoio à democracia contra qualquer outra alternativa de regime. Diante disso, apesar da conjuntura atual não ser favorável ao ressurgimento de regimes autoritários, a flutuação tanto no apoio quanto na satisfação com a democracia abriu caminhos para o domínio de uma onda política conservadora e para a Nova Direita na arena política.

Ascensão do conservadorismo e da nova direita

Nas últimas décadas, tem ocorrido, segundo CODATO ET AL (2015), uma reconfiguração do campo conservador, uma ascensão ideológica e eleitoral da chamada Nova Direita. Um campo reacionário que vem surgindo e ganhando cada vez mais força eleitoral, bases políticas e penetração social através de novos líderes e partidos no cenário político mundial apresentando características próprias.

De acordo com CAMPOS (2019), algumas ideias específicas associadas à Nova Direita criam novas formas de enxergar o sistema e suas instituições, gerando assim novas regras que prescrevem a forma de conduta de alguns atores que passam a considerar o Estado, o mercado e a moral religiosa como os aspectos mais importantes no processo de regulação e interação entre Estados.

O movimento reacionário teve sua ascendência, conforme a autora, no desenvolvimento de poderosos quadros, tidos como respostas dadas ao descontentamento com políticas até então estabelecidas e aliados às oportunidades políticas para a implementação de um novo projeto político que pudesse solucionar os problemas da ordem política vigente.

Nesse segmento, a Nova Direita carrega consigo valores sociais que estão moldando o discurso político e opiniões sobre diversas questões importantes para sociedade, como

uma ideologia moral, nacionalista e de mercado fortes, que identificam os anseios de uma população em diferentes contextos culturais e políticos.

A “nova direita” como movimento transnacional

Então, mais do que apenas uma orientação política ou partidária, segundo CAMPOS (2019), a Nova Direita pode ser considerada um movimento de caráter transnacional, tendo em vista que há uma percepção de uma movimentação e articulação em diversos países distintos. Os movimentos e atores que englobam o movimento da Nova Direita são variados, tanto historicamente quanto geograficamente.

Como projeto intelectual, vai surgir na Europa usualmente ligada à Nova Direita Francesa de alguns militantes de direita do final da década de 1960 firmados no pensamento tradicional europeu. Eram associados a grupos de pesquisa e estudos para a civilização europeia, que possuía uma agenda direcionada para múltiplos realinhamentos ideológicos gerados por revoluções culturais e crises econômicas que abalaram as sociedades ocidentais.

Na década de 1970, mais grupos de direita disseminaram-se pela Itália, Alemanha, Rússia, União Soviética e países da Europa Central. Já nos Estados Unidos, a Nova Direita estava relacionada ao movimento *paleoconservador*, que, de acordo com CABRITA (2017), foi um termo utilizado na década de 1980 para distinguir os conservadores tradicionais dos neoconservadores, eles defendiam a tradição, a noção de um governo limitado, uma sociedade civil estruturada, o anticolonialismo e o antifederalismo.

Após o fim da Guerra Fria, segundo CAMPOS (2019), diante da transformação da sociedade em pós-industrial, do contexto da globalização econômica e do aumento da insatisfação com os políticos frente a instabilidade e a crise do desemprego, surgem as oportunidades políticas para que novos partidos acendessem oferecendo programas

“... a vivência de um processo democrático em eleições periódicas não é suficiente para garantir um maior nível de qualidade da democracia. E a vitória de um candidato apoiado pela maioria também não demonstra ser uma condição suficiente para garantir o apoio ao regime democrático.”

políticos que combinavam o anti-*establishment* com a busca pelo retorno do *status quo*, priorizando a preservação da identidade nacional.

Os discursos anti-migratórios passam a ressurgir fortalecendo as convicções nacionais e criando novas redes de pensamento político e de novos partidos de direita. Além disso, os protestos sociais também aumentaram, trazendo novas pautas e reivindicações atreladas à insatisfação dos governos.

Outro ponto importante, conforme CAMPOS (2019), foi a conquista da opinião pública ao despertar sentimentos para a necessidade de mudança do cenário político através das mídias. A partir de 2016, os eventos se intensificaram e países principalmente das regiões da América Latina, Estados Unidos e Europa iniciaram seus processos de reorientação política interna ligada ao conservadorismo, ideais nacionalistas, pró-mercado e em defesa da soberania que se expressa na Nova Direita.

O que é a “nova direita”?

A direita política, para CODATO et al (2015), viveu o seu ápice nos países centrais no final da década de 1970 e no início da década de 80, nos governos Thatcher no Reino Unido e Reagan nos Estados Unidos com a denominada “Era do Conservadorismo”. A estrutura da defesa dos mecanismos de mercado, o desmonte de políticas de bem-estar e proteção social em nome do equilíbrio dos gastos públicos, chegaram aos países da América Latina posteriormente no final da década de 1980 - 1990.

Porém, nos últimos anos, devido a uma série de mudanças estratégias programáticas, a Nova Direita tem ganhado o espaço da arena política. Mas o que é a “Nova Direita”? Para CODATO et al (2015), seria uma postura política que conserva elementos presentes na velha direita, quais sejam: o capitalismo como modelo econômico e preceitos morais tradicionais, o qual, entretanto, também reconhece e aceita as vantagens das políticas sociais implementadas pela esquerda, ao mesmo tempo que propõem uma desassociação com os regimes militares ditatoriais apoiados pelos partidos de velha direita.

Destacam a questão da busca pela igualdade de oportunidades (que não deve ser confundida com a igualdade plena) o que iria diferenciar da direita tradicional, na qual a desigualdade é hereditária, e da esquerda que visa à igualdade enquanto ideal humano. Há uma manifestação em favor da democracia e das liberdades, mas não relacionados a temas que permeiam a esfera conservadora.

Já ROEDER (2016) define a Nova Direita sob duas formas: i) a primeira seria neoconservadora, defensores da intervenção estatal limitada e do conservadorismo moral; ii) a segunda seria neoliberal, com partidos orientados pelo mercado, defensores da mínima intervenção do Estado na economia e que guardam um posicionamento libertário em relação aos posicionamentos individuais.

Nesse contexto, ROCHA (2018) afirma que a Nova Direita não é um movimento homogêneo, é um fenômeno mais complexo, tendo em vista que pode ser composta de vários grupos que possuem relações entre si e tensões, e quando chegam ao poder por meio de uma militância organizada em diversos grupos políticos e entidades civis pode culminar na formação de um amálgama ideológico inédito, como por exemplo no caso do Brasil, do ultra liberalismo-conservador.

Isto posto, na tentativa de investigar sobre a presença da Nova Direita na América Latina, a seguir abordaremos a classificação dos regimes políticos por meio do Índice Economist Intelligence Unit (EIU), que considera a cultura política como uma variável na medição e realizaremos um levantamento dos partidos políticos dos presidentes eleitos na tentativa de realizar uma classificação política ideológica dos governos.

Os novos regimes políticos na América Latina

Neste trabalho, nosso objetivo foi analisar os regimes políticos latino-americanos, a partir da filiação partidária dos presidentes eleitos e tentar construir um enquadramento ideológico a partir do posicionamento dos partidos. Utilizamos a classificação mais ampla da Ciência Política no que tange à diferenciação ideológica partidária (esquerda, centro e direita), uma vez que nosso intuito não é construir ou dialogar sobre as mais diversas teorias e formas de classificação ideológica, apenas

mapear o cenário político que se encontra a América Latina atualmente. Ainda fizemos uma abordagem teórica e empírica sobre as nuances da democracia a partir do instrumento de análise, INDEX DEMOCRACY (2012), através do Índice Economist Intelligence Unit,¹ que é um estudo realizado pela Revista The Economist, todos os anos com o intuito de mensurar a percepção do regime político democrático em alguns países distribuídos pelos cinco continentes e fazer uma associação com os dados trazidos pelo relatório do ano de 2018 do Latinobarómetro, principalmente sobre o que diz respeito ao apoio dos cidadãos à democracia.

Classificação dos regimes políticos na América Latina pelo índice Economist Intelligence Unit (EUI)

Migrar de um regime autoritário para um regime democrático não é suficiente para consolidação de um regime político e garantia dos direitos dos cidadãos. A Revista inglesa The Economist faz todos os anos um levantamento sobre a qualidade da democracia em 167 países, utilizando o The Democracy Index para classificar os países quanto ao regime democrático. Esse índice baseia-se em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo; funcionamento do governo; participação política; cultura política e liberdades civis. Com base nas pontuações de cada país nessas categorias, eles são classificados como “democracia plena”, “democracia falha”, “regime híbrido” ou “regime autoritário”.

De acordo com o The Democracy Index do ano de 2019, 76 dos 167 países analisados no estudo podem ser considerados democracias. Dos 91 países restantes, 54 são “regimes autoritários e 37 como regimes “híbridos”.

Confirmando os dados do Latinobarómetro de 2018², que condiciona à democracia ao contexto da ausência da percepção de progresso e problemas econômicos. A região da

¹ Para mais informações sobre o Índice, acesse: <https://www.eiu.com/topic/democracy-index>.

² Para mais informações sobre o relatório Latinobarómetro 2018, acesse: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

América Latina, conforme os dados do The Democracy Index de 2019 se apresenta como a pior região quanto ao desempenho em relação ao índice de democracia, registrando uma queda de 0,11 pontos em sua pontuação regional média em comparação com 2018.

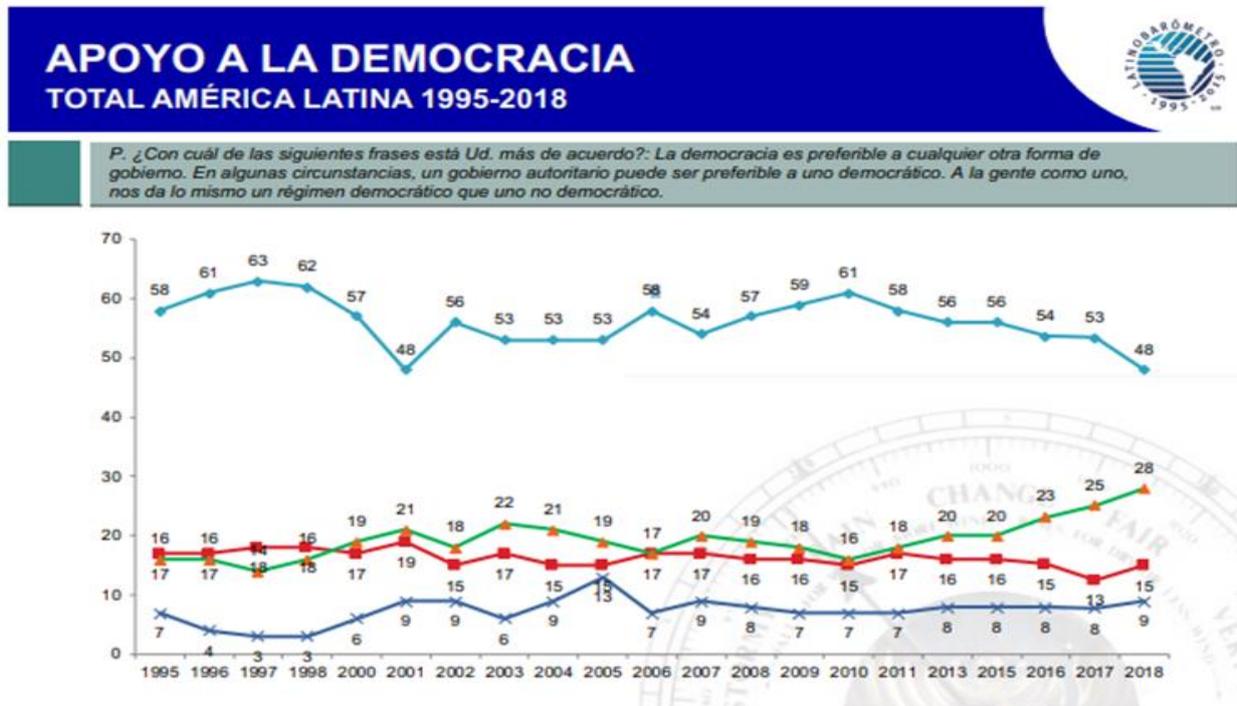
Nesse contexto, observamos a coexistência da aceitação da democracia como o regime político mais necessário para resguardar os direitos e liberdades dos cidadãos em oposição a regimes políticos autoritários ao tempo que existe a decepção quanto ao seu pleno funcionamento.

Nesse mesmo relatório da THE ECONOMIST (2019), surge um questionamento quanto às motivações para haver *uma regressão democrática global*. E, como explicação para essa problemática, as seguintes respostas: I - aumento da governança de elite / especialistas ao invés de participação popular; II - influência de Instituições e Órgãos não eleitos e irresponsáveis; III - questões substantivas de importância nacional da arena política serem resolvidas apenas por políticos, especialistas ou órgãos supranacionais à porta fechada; IV – um fosso cada vez maior entre as elites e partidos políticos, por um lado, e os eleitores do outro; V – declínio nas liberdades civis, de imprensa e de expressão.

E, como resultantes desse processo de descrença na democracia, se observa que a crescente vacuidade da política nacional e o retrocesso das elites políticas e partidos do envolvimento com seus eleitorados resultaram em níveis decrescentes de confiança popular nas instituições e partidos políticos, declínio do envolvimento político e um ressentimento crescente entre os eleitores com a falta de representação política. (DEMOCRACY INDEX, 2019). O que faz necessária uma nova política entre o povo e os seus representantes eleitos.

Como observado pelo Latinobarômetro nos países da América Latina, os cidadãos que se distanciaram do apoio ao regime democrático preferem ser indiferente ao tipo de regime, afastando-se da política, democracia e suas instituições.

Gráfico 01 - Apoio à Democracia na América Latina (1995-2018)



Fonte: Adaptado do relatório Latinobarômetro, 2018.

O gráfico 01 do relatório do Latinobarômetro de 2018 nos permite concluir que desde 2010 houve um aumento sistemático ao número de pessoas que se declaram “indiferentes” ao tipo de regime, passando de 16% em 2010 para 28% em 2018. Esses dados demonstram o descontentamento dos cidadãos em relação à democracia, por fatores já elencados e como consequência: a possibilidade de surgimento de líderes personalistas.

De acordo com o Índice da Democracia, o ano de 2019, conforme observamos na Tabela 02, obteve a pior pontuação global desde 2006 quando houveram as primeiras análises em relação à qualidade da democracia. Nesse ano, a pontuação global média caiu de 5,48 índice verificado em 2018 para 5,44 (em uma escala de 0 a 10), em 2019. Essa pontuação se deve ao fato das regressões nas pontuações regionais médias na América Latina e na África Subsaariana. Apenas a região da América do Norte registrou melhora em sua pontuação média em 2019, graças a uma melhora modesta na pontuação do

Canadá. As categorias avaliadas pelo índice processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, cultura e liberdades civis, também se deterioraram em 2019.

A exceção foi a participação política, para a qual a pontuação global média subiu. A despeito deste fato, a variável que contribuiu para a melhora dos índices da categoria participação política foi a participação dos cidadãos em protestos por todo mundo. Nesse sentido, esse nível elevado de engajamento popular impediu que o Índice de Democracia caísse ainda mais do que em 2019.

O pano de fundo da recente onda de protestos é em parte econômico, mas questões econômicas por si só não podem explicar o aumento da agitação. Tendências democráticas regressivas e fracassos políticos têm sido os principais fatores. É o crescimento da desconfiança popular em governos, instituições, partidos e políticos que está impulsionando muitos dos movimentos de protesto de hoje. (DEMOCRACY INDEX, 2019: 17, tradução nossa).

Na América Latina, em especial, a pontuação geral do índice da qualidade da democracia caiu de 6,24, em 2018, para 6,13, em 2019, tendo um quarto ano consecutivo de queda. Em 2019, o declínio regional foi impulsionado principalmente pela crise pós-eleitoral na Bolívia e, em menor medida, pela regressão democrática na Guatemala e no Haiti. O uso crescente de práticas autoritárias na Venezuela, Nicarágua e Bolívia é responsável por grande parte da recente deterioração democrática regional (DEMOCRACY INDEX, 2019).

Tabela 02 - Índice de democracia 2006-19 por região

CONTINENTES	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2006
ÁSIA E AUSTRALASIA	5.67	5.67	5.63	5.74	5.74	5.70	5.61	5.56	5.51	5.53	5.58	5.44
EASTEM EUROPE	5.42	5.42	5.40	5.43	5.55	5.58	5.53	5.51	5.50	5.55	5.67	5.76
LATIN AMERICA	6.13	6.24	6.26	6.33	6.37	6.36	6.38	6.36	6.35	6.37	6.43	6.37
MIDLE EAST NORTH AFRICA	3.53	3.54	3.54	3.56	3.58	3.65	3.68	3.73	3.62	3.43	3.54	3.53
NORTH AMÉRICA	8.59	8.56	8.56	8.56	8.56	8.59	8.59	8.59	8.59	8.63	8.64	8.64
WESTEM EUROPE	8.35	8.35	8.38	8.40	8.42	8.41	8.41	8.44	8.40	8.45	8.61	8.60
SUB SAHARAN AFRICA	4.26	4.36	4.35	4.37	4.38	4.34	4.36	4.32	4.32	4.23	4.28	4.24
WORD AVERAGE	5.44	5.48	5.48	5.52	5.55	5.55	5.53	5.52	5.49	5.46	5.55	5.52

Fonte: The Economist Intelligence Unit.

Corroborando com as informações diagnosticadas pelo The Economist Intelligence Unit, os dados do Latinóbarômetro de 2018 a respeito do apoio à democracia pelos cidadãos latino-americanos evidenciam que a partir de 2010 os índices de confiança começam a diminuir e os protestos democráticos começam a se disseminar.

Quando analisamos o questionário do Latinóbarômetro constatamos a satisfação com a democracia. Observamos que aumentam de 51%, em 2008, a 71%, em 2018, o número de insatisfeitos. Em nenhum país da região existe uma maioria satisfeita, apenas três

países este resultado é próximo ter um em cada dois cidadãos satisfeitos: Uruguai com 47%, Costa Rica com 45% e Chile com 42%. Conforme observamos no gráfico 02:

Gráfico 02 - Satisfação com a democracia nos países latino-americanos



Fonte: Relatório Latinobarômetro 2018

Os números revelados pelo índice da democracia e pelo relatório do latinobarômetro de 2018 caracterizam a realidade política e social, a qual os países vivenciam, especificamente os países da América Latina, no qual nos detemos neste trabalho. Esses estudos deixam claro que os avanços na participação política e na cultura política conseguiram compensar apenas parcialmente a piora na pontuação geral. Além disso, o desempenho da América Latina em termos de funcionamento do governo permanece sem boas perspectivas, associado a altos níveis de corrupção, violência, tráfico de drogas e crime organizado, que acabam por impactar no processo democrático. A governança ineficaz aumentou a insatisfação popular, minando a confiança nas instituições políticas e na percepção da democracia. Sistemas políticos disfuncionais e o fracasso dos

governos em atender às preocupações dos eleitores levaram a uma melhoria na participação política em toda a região (DEMOCRACY INDEX, 2019).

Classificação política ideológica dos governos na América Latina

Em recente trabalho, OLIVEIRA (2019) afirma que existe um esforço da literatura na área de Ciência Política em associar as dimensões organizacionais e ideológicas para compreender se, e de que maneira, diferentes incentivos provenientes da organização partidária influenciam as mudanças ideológicas dos partidos políticos. Nesta seção do artigo, analisaremos as disposições partidárias, para verificarmos o seu caráter ideológico, em seu viés de classificação mais abrangente, qual seja, direita, esquerda e centro, nos regimes políticos dos países da América Latina. Para isso faremos uma revisitação nos governos, a partir de sua consolidação democrática.

MAINWARING, BRINKS E PÉREZ-LIÑÁN (2001), através de investigação realizada entre 19 países da América Latina no período de 1945 a 1999, identificaram os regimes políticos e realizaram uma classificação tricotômica, na qual dividiram os regimes em democráticos, semi-democráticos e autoritários, variando do mais democrático ao menos democrático. Verificou-se também a existência das seguintes características: Eleições para o Legislativo e o Executivo, direito a voto, liberdades civis e condições das autoridades eleitas para exercerem o governo.

Nós nos propusemos a, em certo sentido, prosseguir com essa investigação, sabendo é claro que, como afirmaram os autores, classificar regimes políticos para um número médio de países em um período extenso é uma tarefa demorada e trabalhosa. Portanto, verificamos a listagem dos últimos presidentes da América Latina, a partir de 1999 até os dias atuais, e classificamos o caráter ideológico do governo a partir da filiação partidária do presidente. Como nosso objetivo é fazer apenas um panorama ideológico dos países, não utilizaremos as métricas mais difundidas de análise e classificação dos partidos, utilizamos, apenas, a autoclassificação partidária para construção da nossa classificação. Sendo assim, construímos uma tabela (Tabela 03) para melhor visualização desses dados.

Tabela 03: Classificação partidária dos países da América Latina

PAÍS	PRESIDENTE	PERÍODO	PARTIDO	ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA
ARGENTINA	Carlos Menem Fernando de la Rúa Adolfo Rodríguez Saá Eduardo Duhalde Nestor Kircherr Cristina Kircherr Mauricio Macri Alberto Fernández	(1989 1999) (1999 2001) (2001) (2002 2003) (2003 2007) (2007 2015) (2015 2019) Atual	Partido da Justiça (PJ) P. União Cívica Radical P. União Cívica Radical Partido Justicialista Partido Justicialista Partido Justicialista Proposta Republicana Partido Justicialista	Centro esquerda Esquerda Esquerda Centro esquerda Centro esquerda Centro esquerda Centro Direita Centro esquerda
BOLÍVIA	Hugo Banzer Jorge Queiroga Gonzalo Sanches Carlos Mesa Eduardo Rodríguez Evo Morales Jeanine Áñez	(1997 2001) (2001 2002) (2002 2003) (2003 2005) (2005 2006) (2006 2019) Atual	P.A. Democrática Nacionalista P. A. Democrática Nacionalista PMNR PFER Presidente da Suprema Corte P.Movimento para o Socialismo Democrátas	Direita Direita Esquerda Esquerda X Esquerda Centro Direita
BRASIL	FHC LULA Dilma Rousseff Michel Temer Jair Messias Bolsonaro	(1995 2003) (2003 2011) (2011 2016) (2016 2019) Atual	PSDB PT PT MDB Sem partido	Centro Direita Esquerda Esquerda Centro Direita (PSL)
CHILE	Eduardo Frei Ruiz Tagle Ricardo Lagos Michele Bachelet Sebastián Piñera Michele Bachelet Sebastián Piñera	(1994 2000) (2000 2006) (2006 2010) (2010 2014) (2014 2018) (2019 atual)	Partido Democrata Cristã Partido Socialista do Chile Partido Socialista do Chile Partido da Renovação Nacional Partido Socialista do Chile UDI, EVÓPOLI E PRI	Direita Esquerda Esquerda Centro Direita Esquerda Direita
COLÔMBIA	Andrés Pastrana Arango Álvaro Uribe Vélez Juan Manoel Santos Iván Duque Marques	(1998 2002) (2002 2010) (2010 2018) (2018 atual)	Partido Conservador Colombiano Partido Liberal Colombiano P. Social da Unidade Nacional Partido Centro Democrático	Centro Direita Centro Esquerda Centro Direita Direita

<i>COSTA RICA</i>	Miguel Angel Echeverría Abel Pacheco de la Espriella Oscar Rafael Sánchez Laura Chinchilla Miranda Luis Guilherme Sollis Carlos Alvarada Quesada	(1998 2002) (2002 2006) (2006 2010) (2010 2014) (2014 2018) (2018 2020)	P. de la Unidad S. Cristiana P. de la Unidad S. Cristiana Partido Libertación Nacional Partido Libertación Nacional Partido Ação Cidadã Partido Ação Cidadã	Centro Direita Centro Direita Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Esquerda
<i>CUBA</i>	Fidel Castro Raúl Castro Miguel Dias	(1998 2008) (2008 2018) (2019 atual)	Partido Comunista de Cuba Partido Comunista de Cuba Partido Comunista de Cuba	Esquerda Esquerda Esquerda
<i>EQUADOR</i>	Fabián Alarcón Jamil Mahuad Gustavo Noboa Lucio Edwin Bórbúa Alfredo Palácio Rafael Correa Lenin Moreno	(1997 1998) (1998 2000) (2000 2003) (2003 2005) (2005 2007) (2007 2017) (2018 2020)	Frente Radical Alfarista Democracia Popular Democracia Popular P. Sociedade Patriótica Sem partido P. Alianza País P. Alianza País	Centro Centro Direita Centro Direita Direita Sem partido Esquerda Esquerda
<i>EL SALVADOR</i>	Armando Calderón Sol Francisco Flores Pérez Elias Antonio González Carlos Mauricio Cartagena Salvador Sánchez Cerén Nayib Bukele	(1994 1999) (1999 2004) (2004 2009) (2009 2014) (2014 2019) (atual)	ARENA ARENA ARENA FMLN FMLN GANA	Direita Direita Direita Esquerda Esquerda Direita
<i>GUATEMALA</i>	Álvaro Enrique Arzú Irigoyen Alfonso Portillo Cabrera Óscar Berger Álvaro Colom Otto Pérez Molina Alejandro Maldonado Jimmy Morales Alejandro Giammattei	(1996 2020) (2000 2004) (2004 2008) (2008 2012) (2012 2015) (2015 2016) (2016 2019) (atual)	P. Nacional do Avanço F. Republicana da Guatemala P. Nacional de Solidariedade P. Uni. Nacional da Esperança Partido Patriota Sem partido P. F Nacional de Convergência Partido Vamos	Direita Direita Direita Centro Esquerda Direita Sem partido Direita Centro Direita
<i>HAITI</i>	<i>René Préval</i> <i>Jean Bertrand Aristide</i> <i>Boniface Alexandre</i> <i>René Préval</i> <i>Michel Martelly</i>	<i>(1996</i> <i>2001)</i> <i>(2001</i> <i>2004)</i>	<i>P. Família Lavalla</i> <i>P. Família Lavalla</i> <i>Presidente da Corte</i> <i>Lespwa</i> <i>Repons Peyizan</i>	<i>Centro</i> <i>Esquerda</i> <i>Centro</i> <i>Esquerda</i> <i>Sem partido</i>

	<i>Jovenel Moise</i>	(2004 2006) (2006 2011) (2011 2017) (<i>atual</i>)	<i>Parti Haïtien Tèt Kale</i>	<i>Centro Esquerda Centro Direita Centro Direita</i>
<i>HONDURAS</i>	Carlos Roberto Flores Ricardo Maduro Manuel Zelaya Roberto Micheletti Porfirio Lobo Sosa Juan Orlando Hernández	(1998 2002) (2002 2006) (2006 2009) (2009 2010) (2010 2014) (2014 <i>atual</i>)	Partido Liberal de Honduras Partido Nacional de Honduras Partido Liberal de Honduras Partido Liberal de Honduras Partido Nacional de Honduras Partido Nacional de Honduras	Centro Direita Direita Centro Direita Centro Direita Direita Direita
<i>MÉXICO</i>	Vicente Fox Felipe Calderón Enrique Peña Nieto Andrés López Obrador	(2000 2006) (2006 2012) (2012 2018) (2018 <i>atual</i>)	Partido de Ação Nacional Partido de Ação Nacional P. Revolucionário Institucional M. Regeneração Nacional	Direita Direita Centro Esquerda
<i>NICARÁGUA</i>	Arnoldo Alemán Enrique Bolaños Geyer Daniel Ortega Saavedra	(1997 2002) (2002 2007) (2007 <i>atual</i>)	P. Liberal Constitucionalista Alianza por la República F. Sandinista de L. Nacional	Direita Direita Esquerda
<i>PANÁMÁ</i>	Ernesto Pérez Balladares Mireya Moscoso Martín Torrijos Espino Ricardo Martinelli Juan Carlos Varela Laurentino Cortizo	(1994 1999) (1999 2004) (2004 2009) (2009 2014) (2014 2019) (2019 <i>atual</i>)	P. Revolucionário Democrático P. Arnulfista P. Revolucionário Democrático Mudança Democrática Partido Panameñista P. Revolucionário Democrático	Centro Esquerda Direita Centro Esquerda Centro Direita Direita Esquerda
<i>PARAGUAI</i>	Raúl Cubas Grau Luis Ángel González Macchi Nicanor Duarte Frutos	(1998 1999) (1999 2003)	Partido Colorado Partido Colorado Partido Colorado Aliança Patriótica	Direita Direita Direita

	Fernando Lugo Frederico Franco Horacio Cartes Mario Abdo Benítez	(2003 2008) (2008 2012) (2012 2013) (2013 2018) (atual)	Partido Liberal Partido Colorado Partido Colorado	Centro Esquerda Centro Direita Direita
<i>PERU</i>	Alberto Fujimori Valentín Paniagua Alejandro Toledo Alan García Pérez Ollanta Humala Pedro Pablo Kuczynski Martín Vizcarra	(1990 2000) (2000 2001) (2001 2006) (2006 2011) (2011 2016) (2016 2018) (2018 atual)	Cambio 90 Ação Popular Peru Possível PARA PNP Peruanos para Mudança Peruanos para Mudança	Direita Centro Esquerda Centro Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Direita Centro Direita
<i>REPUBLICA DOMINICA</i>	Leonel Fernández Hipólito Mejía Leonel Fernández Danilo Medina Luis Abinader	(1996 2000) (2000 2004) (2004 2012) (2012 2020) (atual)	P. da Libertação Dominicana P. Revolucionário Dominicano P. da Libertação Dominicana P. da Libertação Dominicana P. Revolucionário Moderno	Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Esquerda
<i>URUGUAI</i>	Julio María Sanguinetti Jorge Batlle José Mujica Tabaré Vázquez Lacalle Pou	(1995 2000) (2000 2005) (2010 2015) (2015 2020) (atual)	Partido Colorado Partido Colorado Partido Frente Amplio Partido Frente Amplio Partido Nacional	Centro Direita Centro Direita Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Direita
<i>VENEZUELA</i>	Hugo Chávez Hugo Chávez Pedro Carmona Estanga Diosdado Cabello Hugo Chávez Hugo Chávez	(1999 2001) (2001 2002) (2002)	P. Socialista Unido da Venezuela P. Socialista Unido da Venezuela Golpe de Estado	Esquerda Esquerda Golpe de Estado Esquerda Esquerda

	Hugo Chávez Nicolás Maduro	(2002	P. Socialista	Unido	da	Esquerda
		2007)	Venezuela			Esquerda
		(2007	P. Socialista	Unido	da	Esquerda
		2013)	Venezuela			
		(2013)	P. Socialista	Unido	da	
		(2013)	Venezuela			
		(2013	P. Socialista	Unido	da	
		atual)	Venezuela			
			P. Socialista	Unido	da	
			Venezuela			

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como podemos observar, o processo de democratização da América Latina possibilitou em quase todos os países, com exceção de Cuba, República Dominicana e da Venezuela, a promoção de eleições periódicas e alternância partidária, consequentemente ideológica no poder, onde essas características se tornaram atributos constantes da democracia. Nesses vinte países que verificamos, dos presidentes com mandato atual, em onze países (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Paraguai, Peru e Uruguai) os governantes possuem nuances de direita e nove deles de esquerda (Argentina, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e Venezuela). O fato é que nos últimos anos estão se alastrando governos de direita, com tendências mais conservadoras nos países latino-americanos, principalmente quando comparamos com o período de 2007 a 2011, que a predominância era dos governos de esquerda.

Quando o recorte é a América do Sul, essa situação é ainda mais visível. Podemos citar como exemplos: as eleições de Maurício Macri, em 2015, na Argentina; Sebastian Piñera, em 2017, no Chile; Ivan Duque, eleito presidente em 2017 pelo Centro Democrático na Colômbia, recém-criado partido de direita; Lenín Moreno, eleito presidente do Equador em março de 2017 pelo Alianza PAIS e, mais recentemente, Jair Bolsonaro no Brasil, conforme assinalou ZUCATTO (2019).

No caso brasileiro, desde 2019 o país passou a ser governado por um presidente com vertentes ideológicas de direita, em oposição aos 13 anos de governo de Lula e Dilma

do PT (esquerda) e 2 anos de governo Temer do MDB (centro). Especificamente no caso brasileiro, essa virada à direita para alguns analistas, conforme observa MELO (2016) teria suas raízes nas manifestações de junho de 2013, pelo fato de grupos também de direita terem reconfigurado as ruas (e a internet) em busca de espaços novos, no sentido de luta por direitos e representatividade, mas principalmente, para criticarem os problemas sociais, a corrupção e os governos petistas, através de expoentes, como, na época, o deputado federal Jair Bolsonaro.

Nesse contexto, se faz importante destacar a influência dos aparelhos privados de hegemonia e de ação doutrinária da Nova Direita no Brasil abordado por CASIMIRO (2018), sobretudo em meados da década de 1990 após o governo FHC, quando pela primeira vez um conjunto de burguesias passou a exercer uma efetiva hegemonia no processo econômico-político e social brasileiro.

Segundo CASIMIRO (2018), a penetração de aparelhos burgueses na ação política e ideológica na estrutura estatal, no sentido de ampliação das expropriações sociais em benefícios de interesses específicos de uma determinada classe dominante, demonstra o “*modus operandi*” da Nova Direita brasileira para uma articulação dialética entre coerção e consenso.

Para o referido autor, a Nova Direita brasileira não apresenta uma homogeneidade ideológica, comportando orientações distintas do monetarismo da Escola de Chicago e do neoliberalismo da Escola Austríaca, visando assegurar a garantia da ampliação das taxas de lucro e da acumulação de capitais.

Assim, essas classificações ideológicas dos presidentes eleitos nos permitem inferir sobre as políticas públicas e medidas econômicas a serem adotadas e quais as medidas de política externa o país fará e, assim seguindo os ditames de sua orientação partidária, esses presidentes construirão o modelo de governança dos seus países.

Conclusões

Neste trabalho, buscamos realizar uma investigação sobre a onda política conservadora que se instaurou na América Latina nos últimos anos, analisando os regimes políticos latino-americanos, a partir da filiação partidária dos presidentes eleitos e da análise sobre a consolidação da democracia nesses países.

Partimos da hipótese de que o processo de consolidação das transições de regimes na América Latina vem possibilitando a ascensão da direita, pois, à medida que problemas socioeconômicos não são resolvidos, os cidadãos buscam outras alternativas políticas cada vez mais vinculadas ao conservadorismo. Observamos, a partir da filiação partidária dos atuais presidentes da América Latina, que nos últimos anos houve uma tendência a mudança do caráter ideológico nesses países mais direcionado a partidos de caráter conservador.

Podemos concluir também que países que viveram décadas em regimes de esquerda passaram a ser governados por presidentes filiados a partidos de direita, o que nos faz refletir sobre as seguintes problemáticas: existe, hoje, uma saturação dos regimes de esquerda? As políticas públicas ou a ausência delas acabam por gerar insatisfação dos cidadãos e descontentamento quanto ao regime ideológico do partido do presidente? Porque os governantes de direita ascenderam ao poder?

Responder a esses questionamentos não foi o objetivo central do nosso trabalho, uma vez que o nosso foco foi mostrar como a democracia afeta os regimes políticos existentes nos países e explicar como a plena existência da democracia, mesmo que por vezes desacreditada, possibilita a ascensão ao poder de diferentes regimes políticos, a representatividade da vontade do povo e a qualidade dos regimes políticos.

Outro aspecto que merece destaque é a confiança da população em relação à democracia, principalmente quando se diz respeito às instituições que compõe o regime democrático nos últimos anos. Observamos baixos índices de apoio à democracia e por outro lado, conseqüentemente, uma mudança em relação padrão do sistema político existente. Se pudermos fazer uma associação entre os dois aspectos que tratamos nesse artigo, acrescentaríamos que, quando o país vivenciava um regime político de esquerda,

o nível de apoio em relação à democracia era maior, como atesta o relatório do Latinobarómetro e o Índice Economist Intelligence Unit.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

AGUERO, F. The military and the limits to democratization in South America. In: *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*, ed. MAINWARING, S., O'DONNELL G. & VALENZUELA, J.S., p.153-98. Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1992.

AGUERO, F. *Soldiers, Civilians, and Democracy: Post-Franco Spain in Comparative Perspective*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1995.

BAQUERO, M. “Obstáculos Formais à Democracia Social – Poliarquia, Cultura Política e Capital Social no Brasil”, in R. S. GONZALEZ, *Perspectivas sobre Participação e Democracia no Brasil*, Ijuí, Ed. Unijuí, 2007.

BAQUERO, M. “Padrões de Constituição da Cultura Política na América Latina no Século”, in M. BAQUERO, *Culturas(s) Política(s) e democracia no Século XXI na América Latina*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2011.

BRATTON, M. & VAN DE WALLE, N. Popular protest and political reform in Africa. *Comparative Politics*, 24:419-42, 1992.

BURKHART, R. & LEWIS-BECK, M. Comparative democracy: the economic development thesis. *American Political Science Review*, 88:903-10, 1994.

CABRITA, Criatiano. Conservadorismo Americano e o Neoconservadorismo: A Dicotomia na Cultura Política Norte-Americana. *Revista Nação e Defesa*. N.º 148 pp. 116-138, 2017.

CAMPOS, Letícia Oliveira. *A ascensão da nova direita como movimento transnacional e os desafios das instituições: O caso do Brexit*. 25f. Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2019.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *Direita, volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Cotas (organizadores). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- COLLIER, R. & MAHONEY, J. Adding collective actors to collective outcomes: labor and recent democratization in South America and Southern Europe. *Comparative Politics*, 29:285-303, 1997.
- CORPORACIÓN LATINOBAROMETRO, 2018. Disponível em Banco de dados en línea: www.latinobarometro.org
- DEMOCRACY INDEX. *A year of democratic setbacks and popular protest*, 2019.
- EASTON, D. *Uma teoria de análise política*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- GEDDES, Barbara. O que sabemos sobre democratização depois de vinte anos?. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. VII, nº2, 2001, pp. 221-252.
- GONZALÉZ, Rodrigo Stumpf. Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina. *Revista Temas y Debates*. ISSN 1666-0714, año 18, número 28, julio-diciembre, pp. 13-28, 2014
- HAGGARD, S. & KAUFMAN, R.R. *The Political Economy of Democratic Transitions*. Princeton, Princeton University Press, 1995.
- HUNTINGTON, S.P. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, University of Oklahoma Press, 1991.
- INGLEHART, R. “How solid is mass support for democracy—and how can we measure it?”, in *Political Science and Politics*, 36 (01), 2003.
- MAINWARING, S; BRINKS, D; PÉREZ-LIÑÁN. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999*. *DADOS — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 44, nº4, 2001, pp. 645 a 687.
- MELO, Demian Bezerra. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: DEMIER, Felipe Abranches; HOEVELER, Rejane Carolina (org.). *A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 67-76.
- MISHLER, W; ROSE, R. “Political support for incomplete democracies: realist vs. idealist theories and measures”, in *International Political Science Review*, Vol. 22, N. 4, 2001.

- MOISÉS. J. A. (Org.), *Democracia e Confiança - Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Democráticas?*, 1 ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MOISÉS. J. A, “A desconfiança nas instituições democráticas”, in *Opinião Pública* [online], Vol.11, N.1, 2005.
- MORLINO, L. *La calidad de las democracias en América Latina. Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral (IDEA Internacional)*, San José, Costa Rica, 2014.
- O’DONNELL, G; SCHMITTER, P. *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986.
- OLIVEIRA, A. Organização e Ideologia nos partidos da América Latina: Uma aproximação da Hipótese de Michels. *Dados*, Rio de Janeiro, vol, 62,2019.
- PRZERWORSKI, A. & LIMONGI, F. Modernization: theories and facts. *World Politics*, 49:155-83, 1997.
- ROCHA, Camila. “Menos Marx, Mais Mises”: *Uma gênese da nova direita brasileira (206-2018)*. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.
- ROEDER, Karolina Mattos. Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise do seu perfil social. *10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política: Ciência Política e a Política- Memória e Futuro*. Belo Horizonte. 30 de agosto a 2 de setembro, 2016.
- ZUCATTO, G E. ASCENSÃO DA DIREITA NA AMÉRICA DO SUL. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/07/05/A-ASCENS%C3%83O-DA-DIREITA-NA-AM%C3%89RICA-DO-SUL>

Data de Submissão: 25/11/2020

Data do Aceite: 07/04/2021